

O SERVIÇO DE PSICOLOGIA ESCOLAR VISTO PELOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NAS REDES DE ENSINO PÚBLICA E PARTICULAR DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO *

*Quinha Lúza de Oliveira ***

*Maria Alves de Toledo Bruns ***

Resumo

Este estudo teve por objetivo verificar, através de questionários enviados aos profissionais das redes de ensino pública e particular da cidade de Ribeirão Preto e região, se há ou não o serviço de psicologia escolar. Havendo, quais são as atribuições e dificuldades do psicólogo; não havendo, como as escolas procuram solucionar seus problemas e quais as expectativas desses profissionais.

Os dados revelaram que este serviço, apesar de restrito, é reconhecido, entretanto, é necessário se tornar conhecido não só pela comunidade escolar, como pela sociedade.

I - Introdução

Dentre as três grandes áreas de trabalho profissional do psicólogo, a escolar, de acordo com a lei 4119 de agosto de 1962, compreende "todas as atividades dos psicólogos que, realizadas em escolas ou instituições vinculadas a elas, visam a utilização das técnicas psicológicas, com finalidade de promover a eficiência do ensino em todos os seus aspectos" (Mello, 1975).

Com esta atribuição tão ampla, o psicólogo escolar se defronta, já desde o início da sua atuação, com problemas relacionados a sua identidade como tal. Como afirma Goldberg (1975), o psicólogo escolar tem uma dupla função, ora educacional, quando se dirige à prevenção dos problemas escolares, ora clínica, quando se volta à solução dos mesmos.

Esta função clínica é ressaltada por estudiosos como Borges-Andrade e col. (1983) e Carvalho (1988) que apontam para a necessidade de uma formação mais abrangente, voltada para aspectos sócio-educacionais.

Embora exista em alguns psicólogos esta percepção contextualizada da atividade profissional em termos de condicionantes sócio-econômicos e

* Parte dos dados deste estudo foi apresentada no XIV ISPA Colloquium, em Braga, Portugal, em julho de 1991 e no 1º Congresso Nacional de Psicologia Escolar, em Valinhos, SP, em novembro de 1991.

**Docentes do Departamento de Psicologia e Educação da FFCLRP-USP.

culturais, muitas vezes, os dados sobre a prática empreendida pelos mesmos evidenciam o caráter clínico conservador da atividade (Balbino, 1990).

O reconhecimento da indefinição de sua função, muitas vezes, é ressaltado dentre os diversos problemas enfrentados pelo psicólogo escolar (Wechsler, 1987; Yamamoto, 1990).

Para que haja uma maior especificação das funções do psicólogo escolar é preciso se conhecer a realidade total da escola, as perspectivas dos que lá atuam, suas necessidades, seus problemas e suas expectativas.

Baseando-se nesta preocupação, Guzzo e Witter (1987) caracterizaram a relação psicólogo/escola pública, na cidade de Campinas e região. Estas autoras constataram que a maioria dos diretores teve um relacionamento mais à distância e indireto, através de encaminhamentos de alunos a este profissional, fora da escola. Os que tiveram contato, este foi de pouca duração, para um trabalho específico, sem integração com a equipe da escola. Apenas 6% das unidades contavam com a presença do psicólogo, por um curto período de tempo. Todos os diretores foram unânimes quanto à importância da presença do psicólogo nas instituições educacionais, pois, através dele haveria a prevenção, a avaliação precisa, o desenvolvimento psico-educacional e a solução de muitos problemas educacionais.

Dada a importância da inclusão deste profissional na equipe técnica das escolas, as entidades de classe, nos últimos anos, têm lutado para isso. Uma das grandes dificuldades é a não contratação do psicólogo na rede estadual. De acordo com o Sindicato dos Psicólogos (1984), uma pesquisa realizada pelo CRP/SPESP confirma que apenas 20,6% dos psicólogos na área escolar atuam em instituições públicas.

Com o intuito de aprimorar este profissional e dar suporte às reivindicações da classe, no sentido de lutar pela oficialização do exercício profissional do psicólogo escolar na rede pública, foi criada recentemente a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), filiada à Associação Internacional de Psicologia Escolar (ISPA).

A partir de discussões realizadas em diferentes eventos, vários pesquisadores, representantes de todo o Brasil, estão se mobilizando com o objetivo maior de elaborar o perfil deste profissional e lutar pela sua inserção na rede pública estadual de ensino.

Fazendo parte deste movimento, o presente trabalho foi realizado com o objetivo de verificar se há o serviço de psicologia escolar nas redes de ensino pública (estadual e municipal) e particular da cidade de Ribeirão Preto e região. Não havendo tal serviço, como as escolas têm procurado solucionar seus problemas. Havendo o psicólogo, quais são suas atribuições e dificuldades. Quais as expectativas dos profissionais que atuam na instituição escolar com relação a este profissional.

II - Método

1. Sujeito

Serviram como sujeitos professores, diretores, coordenadores, supervisores, orientadores, psicólogos, fonoaudiólogo e assistente social das duas Delegacias Regionais de Ensino de Ribeirão Preto, abrangendo um total de 132 escolas estaduais (Ribeirão Preto e região), municipais e particulares (Ribeirão Preto). A amostra final constou de 296 sujeitos que será melhor caracterizada na apresentação dos resultados.

2. Material

Questionário com perguntas abertas e fechadas. As 3 questões fechadas diziam respeito à identificação dos profissionais (nome, cargo, formação). As 5 abertas diziam respeito à atuação do psicólogo escolar, visando apreender as percepções dos sujeitos em relação à presença ou não do psicólogo escolar ou estagiário, da existência de classe especial, das dificuldades encontradas pelas escolas, da atuação dos diferentes profissionais, da atuação do psicólogo e de suas atribuições.

3. Procedimento

Foram enviados, pelo correio, com envelope selado para resposta, 8 questionários para os diretores de cada unidade escolar, solicitando que fosse respondido por ele, por professores representantes das diferentes séries e pelo pessoal técnico psico-pedagógico.

III - Resultados

Das 132 escolas que compõem a rede de ensino, apenas 51 (38,64%) remeteram o questionário respondido. Estes dados são apresentados no Gráfico 1

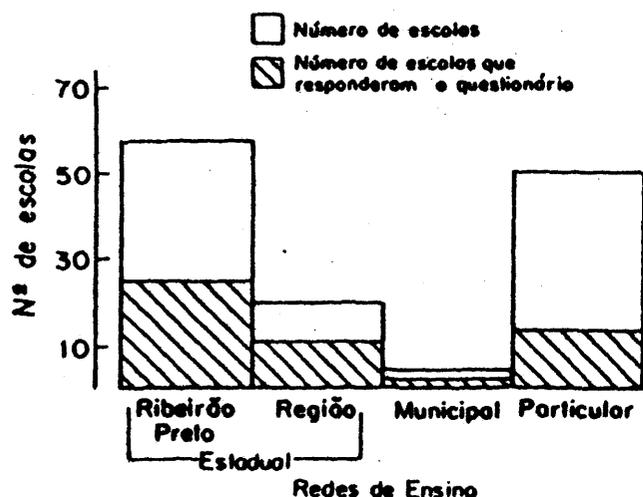


Gráfico 1 - Caract. da Rede de Ensino de Rib. Preto e Região e as escolas que participaram do estudo.

Este gráfico mostra que das 58 escolas estaduais, 25 (43,10%) responderam o questionário; das 20 escolas da região, 11 (55%) e das 4 municipais, 2 (50%) participaram. Das 50 escolas particulares, apenas 13 (26%) responderam o questionário. Esse dado revela o maior interesse e o maior apoio das escolas públicas em participar de pesquisas desta natureza.

Do total de 1056 questionários enviados, somente 296 (28,03%) foram devolvidos. Estes dados são apresentados no Gráfico 2.

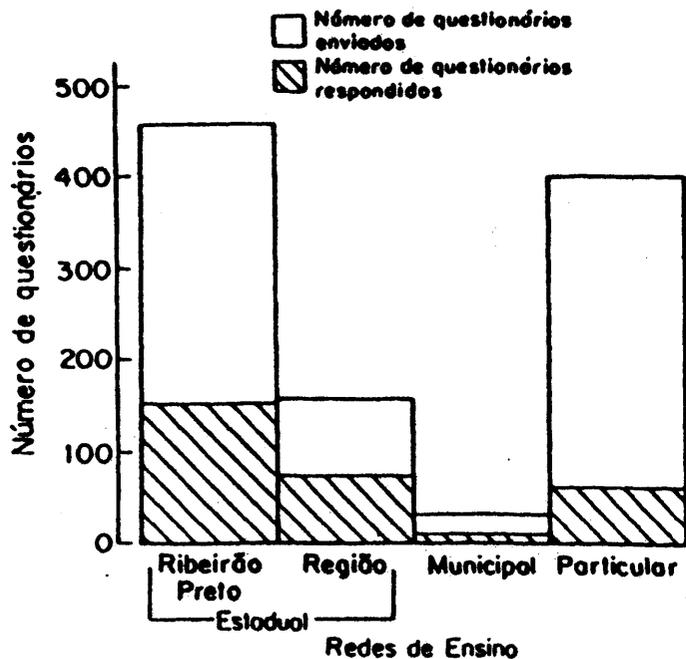
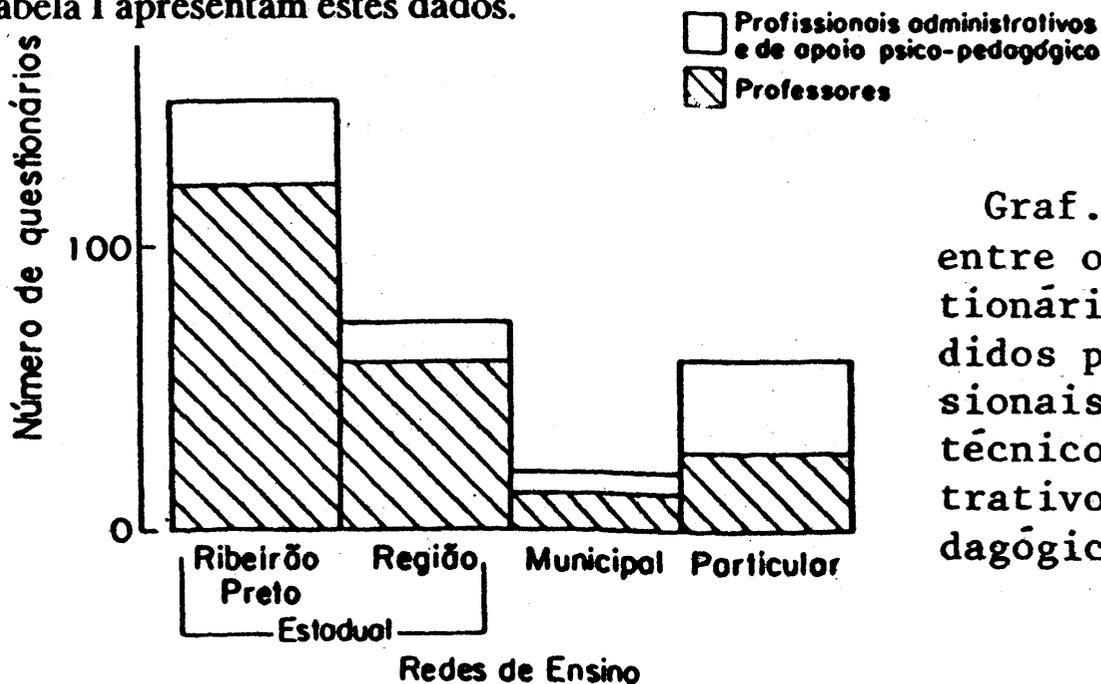


Gráfico 2 -
Relação entre o número de questionários enviados e desenvolvidos.

Verifica-se que dos 464 questionários enviados às escolas estaduais, 151 (32,54%) foram respondidos; dos 160 às escolas da região, 73 (45,62%) e dos 32 às escolas municipais, apenas 11 (34,37%) foram respondidos. Dos 400 questionários enviados às escolas particulares, somente 61 (15,25%) foram respondidos.

Os questionários foram respondidos por 216 professores e 80 profissionais de apoio técnico administrativo psico-pedagógico. O Gráfico 3 e a Tabela I apresentam estes dados.



Graf. 3 - Relação entre o nº de questionários respondidos pelos profissionais de apoio técnico administrativo psico-pedagógico.

Tabela I Porcentagem de professores e profissionais de apoio técnico administrativo psico-pedagógico das diferentes escolas.

	Professores	TEC.AD.PS.PD.
Ribeirão Preto	80,3	19,7
Região	80,8	19,2
Municipal	64,6	36,4
Particular	46,7	53,3
Total	73,0	27,0

Na rede particular, responderam o questionário: 15 professores I, 3 PII, 10 PIII, 7 diretores, 3 orientadores educacionais, 12 coordenadores pedagógicos, 7 psicólogos, um supervisor de ensino, 1 assistente social, 1 fonoaudiólogo e 1 secretária.

Nas escolas estaduais de Ribeirão Preto, houve a participação de 57 PI, 65 PIII, 14 coordenadores de ciclo básico e 16 diretores. Nas escolas da região, 28 PI, 31 PIII, 8 coordenadores de ciclo básico e 6 diretores.

Nas escolas municipais, houve a participação de 5 PI, 2 PIII, 2 orientadores educacionais e 2 coordenadores pedagógicos.

Quanto à formação e tempo de exercício, verificou-se que a porcentagem maior (35,74%) dos que atuavam na rede pública se formaram no período de 1965 a 1969, tendo em média de 18 a 22 anos de exercício; na rede particular, 49,18% formaram-se no período de 1980 a 1989, com 3 a 12 anos de exercício.

Dos 112 professores I e coordenadores do ciclo básico da rede pública, 67,86% tinham curso superior e dos 15 professores I da rede particular, 60%. Do total de 296 sujeitos, somente 42 (14,20%) não possuem o curso superior e dos que o cursaram, 34,12% (101) são licenciados em Pedagogia.

Portanto, como se observa, há uma maior infra-estrutura nas escolas particulares, no que diz respeito à assistência técnica e psico-pedagógica, com um pessoal atuando com menos tempo de exercício profissional do que na rede pública.

Quanto à atuação do psicólogo na escola, com relação à questão referente à presença e o trabalho do estagiário, constatou-se que este atendimento foi realizado em somente 5 (13,16%) escolas oficiais pelo fato do número de estagiários ser pequeno em relação à demanda. Este serviço tem sido considerado pelos diretores e professores como excelente, apesar de ser dirigido mais aos alunos do ciclo básico. Tal atendimento se caracteriza por um acompanhamento sistemático tanto ao aluno, quanto às professoras e familiares.

Com relação à atuação do psicólogo nas classes especiais, verificou-se que das 51 escolas desta amostra, somente 7 possuem classe especial. Nas escolas estaduais de Ribeirão, o psicólogo é pago pela APM e nas escolas da região, pela Prefeitura, para realizar a seleção dos alunos somente no início do ano letivo, através de uma avaliação tipo classificatória, baseada somente em aplicação de testes e sem nenhum acompanhamento posterior. Após esta "identificação", cabe ao professor acompanhar o aluno.

Das 13 escolas particulares somente uma tem classe especial, mas não tem o psicólogo. Esta escola afirmou que "quando o acompanhamento psicológico se faz necessário, a família é orientada e o mesmo é realizado fora da escola".

Quanto aos problemas identificados e o procedimento para resolvê-los, destacam-se as diferentes posições dos professores das escolas públicas e particulares, a saber:

Os professores I e coordenadores do ciclo básico das escolas públicas identificaram os problemas como sendo de indisciplina, agressividade, dificuldade na aprendizagem escolar ou no relacionamento social, problemas familiares, doenças, etc. A maioria destes profissionais, em primeiro lugar, tenta resolver junto à criança, conversando com ela para saber a causa; se for problema de aprendizagem, a professora tenta resolver; se for familiar, chama os pais e, dependendo da intensidade, indica os serviços da USP, do Centro de Saúde do bairro ou um serviço particular. Deste modo, deixa por último lugar o encaminhamento para a direção.

Os professores III, citaram: falta de interesse pelos estudos, rebeldia, agressividade, indisciplina, dificuldade na aprendizagem e no relacionamento social, falta de responsabilidade e problemas familiares. Quando o problema se refere à classe toda, o docente conversa com a mesma e tenta resolver. Quanto aos outros problemas, já encaminha diretamente à direção ou equipe técnico-pedagógica.

Os diretores, por sua vez, solicitam a presença dos pais e pedem que procurem uma escola especializada ou um profissional especializado fora da escola.

Nas escolas particulares, esta postura difere um pouco. Os professores, além de não especificarem o tipo de problemas que enfrentam, não

procuram resolvê-los diretamente com os alunos ou os pais. Já, desde o início, encaminham para a equipe técnica da escola.

Os diretores citaram que os problemas de indisciplina e de aprendizagem são tratados pelo orientador educacional e/ou psicólogo. Os casos especiais são encaminhados para fora da escola.

Os problemas apontados por todos os outros profissionais foram os comportamentais e de aprendizagem. Os coordenadores pedagógicos e os orientadores educacionais tentam resolver através de conversas com o aluno, os pais e os professores. Encaminham os casos mais difíceis para o psicólogo da escola.

O assistente social, a fonoaudióloga, o supervisor de ensino e a secretária já encaminham diretamente ao psicólogo da escola.

O psicólogo observa o aluno, faz sua avaliação e o atende, dando orientação para os professores e pais. Conversa com o orientador ou outros profissionais. Quando o problema é familiar, tenta trabalhar com a família. Quando o problema não é solucionado, solicita um atendimento particular fora da escola.

Com relação à presença ou não do psicólogo na escola, como tem sido seu trabalho e quais as dificuldades encontradas para exercê-lo, constatou-se que na rede estadual não há o psicólogo contratado, somente estagiários. Na rede municipal, o psicólogo é contratado por 20 horas semanais, oferecendo um trabalho itinerante em várias escolas ou trabalhando em postos de saúde. Os problemas citados por eles foram relativos às dificuldades encontradas pela própria estrutura do contrato de seu trabalho, que os impossibilita de operacionalizar, sistematizar, enfim, de se identificar como profissional na própria escola.

Das 13 escolas particulares que participaram deste estudo, 7 delas têm o psicólogo. Geralmente, o trabalho do psicólogo tem sido apontado por todos os profissionais participantes como sendo o seguinte: trabalha diretamente com o aluno fazendo observação, avaliação psicológica e psicopedagógica, acompanhamento psicopedagógico; dá orientação para o professor, para os profissionais ligados ao aluno e para os familiares; faz trabalho de orientação em grupo com alunos; faz orientação vocacional; lida com problemas disciplinares, de aproveitamento e de droga; faz palestras e grupos de estudos com pais e professores; organiza eventos pedagógicos extra-classes; auxilia na confecção do planejamento, orientando os conteúdos pedagógicos; coordena grupos de professores em relação ao nível de funcionamento da escola; às vezes solicita um psicodiagnóstico ou acompanhamento fora da escola; faz orientação psicológica com abordagem dinâmica institucional - intervenção a nível de relação escola-professor-aluno-família.

Alguns psicólogos relataram não estar encontrando dificuldade para exercer suas funções. Outros citaram dificuldades em relação à resistência, por parte da família, em aceitar a problemática apresentada pelo filho e colaborar para a solução. Alguns pais têm dificuldade para financiar um tratamento especializado fora da escola. Outros problemas foram citados, como: falta de conhecimento, por parte dos funcionários da Instituição, sobre a área que atua o psicólogo; falta de material; alguns professores são pouco receptivos; às vezes, o psicólogo tem que substituir outros profissionais, como o inspetor de alunos; número grande de alunos com problemas e somente um psicólogo; resistências iniciais quanto à implantação do serviço ou mesmo durante a execução do mesmo.

Com relação à questão sobre a importância do psicólogo na escola, todos os profissionais que atuam nas diferentes escolas foram unânimes quanto à importância de se ter este profissional, atuando num período integral e trabalhando em equipe. Foi ressaltado que somente o psicólogo tem formação especializada para diagnosticar corretamente e tratar problemas emocionais, de aprendizagem e de comportamento dos alunos, bem como operacionalizar um trabalho em equipe.

Quanto à questão sobre as funções e/ou atribuições do psicólogo escolar, nas escolas públicas, a maioria dos professores (PI e PIII) e coordenadores do Ciclo Básico acham que o psicólogo deve atuar de maneira tanto preventiva quanto remediativa. Em primeiro lugar, com uma maior frequência de respostas, aparecem as seguintes atribuições: observar, avaliar e analisar o aluno para detectar a causa de seus problemas e dificuldades de ordem comportamental, emocional, familiar ou de aprendizagem. Acompanhar individualmente ou em grupo estes alunos que apresentam problemas, fornecendo orientação para a professora e a família. Que este acompanhamento se perdesse por todo o ano, num trabalho sistemático. Em segundo lugar, ressaltam o caráter preventivo, tanto no sentido de dar orientação através de palestras, encontros ou reuniões com as próprias crianças para orientá-las, como também orientar a professora para que esta tenha um maior conhecimento para evitar que problemas surjam ou mesmo saber detectar estes problemas e saber resolvê-los dentro da escola, para não precisar encaminhar a criança para serviços fora da escola.

Além dessas atribuições, os professores III acrescentaram a orientação para os adolescentes com relação a problemas de relacionamento humano, questões sexuais, emocionais e vocacionais. Relataram também que o psicólogo deve tratar do relacionamento entre todos os membros da escola e estar envolvido com todo o processo educativo.

Os diretores ressaltaram o caráter preventivo tanto no atendimento ao aluno como no fornecimento de orientação para os professores. Acrescentaram que o psicólogo deve melhorar o relacionamento das pessoas envolvidas no processo escolar, incluindo família e sociedade.

Nas escolas particulares, os professores I atribuíram as seguintes funções : identificar alunos com problemas psicológicos (emocional, social, comportamental, de aprendizagem), procurar conhecer a causa e acompanhar ou encaminhar para atendimento fora da escola. Auxiliar os professores a resolver problemas comportamentais dos alunos. Trabalhar com os valores sociais e familiares para ajustar a criança à sociedade, proporcionando um bom relacionamento da criança com a comunidade e grupos a que pertence.

As atribuições consideradas pelos professores II e III relacionaram-se à assistência psicológica e pedagógica para o aluno e atuação junto à coordenação pedagógica. Realizar terapia individual ou em grupo com alunos; orientação vocacional com aplicação de testes; atendimento à família. Melhorar a relação professor-aluno para que esse aluno se integre mais à sociedade.

Os diretores relataram as seguintes atribuições: trabalhar com a criança, orientando os pais e os professores. Detectar os problemas emocionais dos alunos e encaminhá-los. Fazer palestras ou grupos de estudos com os professores e os pais. Auxiliar na confecção dos planejamentos, orientando o conteúdo pedagógico.

Segundo os coordenadores pedagógicos, as atribuições do psicólogo são: verificar as dificuldades dos alunos e trabalhar junto aos docentes e pais. Orientar os alunos quanto à disciplina, ao aproveitamento e à escolha profissional. Programar palestras para os alunos. Encaminhar os casos mais difíceis. Manter um bom relacionamento entre a escola, aluno e professor, em todos os sentidos. Auxiliar a escola na parte administrativa para selecionar pessoal. Um coordenador disse não fazer distinção entre ele e o psicólogo. Outro coordenador relatou que as causas dos problemas comportamentais e do baixo rendimento escolar estão sempre fora da escola e que o psicólogo poderia atuar junto à família e outros grupos sociais.

Os orientadores educacionais acham que o psicólogo diagnostica, faz prognóstico e estudo de caso; atende individualmente o aluno e retorna para o orientador; trabalha com os pais, os alunos e os funcionários da escola.

A fonoaudióloga, o supervisor e a assistente social acham que o psicólogo deve avaliar a criança, atendê-la através de terapia individual ou em grupo, orientar os pais e os professores.

Os psicólogos arrolam as seguintes atribuições: conversar com os alunos, fazer orientação dos pais, professores e orientadores. Quando necessário, solicitar uma avaliação mais profunda e acompanhar o aluno ou fazer o encaminhamento. Orientar os alunos para adquirir independência. Fazer orientação vocacional. Aplicar o modelo clínico na sua atuação. Fazer a integração entre a escola, a família e a sociedade.

IV - Discussão e Conclusões

Como na rede estadual não existe oficialmente a presença do psicólogo escolar, este trabalho ficou mais voltado às expectativas do pessoal que trabalha nestas escolas com relação a este profissional. Os poucos serviços prestados nas escolas, através de estagiários, têm sido plenamente reconhecidos.

As constantes solicitações das escolas para esse tipo de atendimento e a unanimidade de opinião dos profissionais quanto à importância deste profissional, vem revelar a necessidade da oficialização da atuação do psicólogo nas escolas.

Apesar da rede municipal já estar se preocupando com esta situação, ainda o trabalho é precário, com poucas contratações, exigindo-se que o psicólogo realize um serviço itinerante, deslocando-se em várias escolas, por um período de 20 horas semanais. Desta forma, este profissional não realiza, de maneira sistemática, um atendimento psicológico aos alunos, pais e professores, não exercendo, assim, uma atividade interdisciplinar e permanente nas escolas.

Na rede particular, a situação também não é nada animadora, pois, 7 escolas das 13 que participaram deste estudo têm psicólogo, e uma destas 7 tem classe especial. Aqui cabe interrogar sobre " Por que nem todas as escolas têm o psicólogo? Por que as famílias que mantêm essas escolas silenciam frente a esta situação? Mesmo quando se trata de classe especial, por que aceitam realizar o tratamento "quando necessário" fora da instituição escolar?

Percebe-se que ter ou não ter o serviço de psicologia escolar, neste caso, perpassa os muros da instituição e recai na própria concepção de homem que a sociedade intenciona formar.

Geralmente, os problemas escolares, que poderiam ser resolvidos dentro da escola, são encaminhados para profissionais que atuam fora dela, em clínicas particulares. Assim, o psicólogo não realiza um trabalho integrado com a escola e não participa de seus problemas. Desta forma, a escola não cumpre a sua função de educadora, e repassa para as clínicas particulares os problemas que teria por compromisso resolver.

Por outro lado, a legislação vigente com relação às classes especiais favorece o trabalho do psicólogo no sentido de forçá-lo a realizar diagnósticos baseados em testes, acentuando uma imagem reducionista e psicometrista. E, muitas vezes, por falta de tempo, o psicólogo se presta a isso, não oferecendo um trabalho sistemático de orientação aos professores e pais de crianças de classes especiais.

Com relação à solução dos problemas existentes nas escolas, cabe ressaltar a maior conscientização do professor I das escolas estaduais. Estes tentam escutar a criança, trabalhar com ela, verificar suas dificuldades

específicas, ouvir seus familiares para depois encaminhar para outros profissionais fora da escola. Estas professoras ocupam pouco a direção ou já fazem o que esta faria. Já nas escolas particulares, os professores têm dificuldade em especificar os problemas e parecem não estar atentos em resolvê-los, encaminhando-os diretamente para a equipe técnica.

Parece que nas escolas estaduais os professores, com mais tempo de serviço, já se acostumaram com a falta deste profissional e tentam, com os recursos que lhes restam, aplicar seus conhecimentos e sua experiência na resolução dos problemas. Como as escolas particulares já possuem uma infra-estrutura mais organizada, no sentido de oferecer um serviço de apoio técnico e orientação psico-pedagógica, os professores, por sua vez mais novos e com menos experiência, acham mais fácil encaminhar "os alunos-problemas" a este serviço, não se envolvendo com eles.

Não fica claro, neste trabalho, o envolvimento dos professores das escolas particulares em relação ao retorno do atendimento multidisciplinar oferecido pela unidade escolar.

Quanto às atribuições, espera-se muito do psicólogo, como se este fosse resolver todos os problemas da escola. O psicólogo tenta ter uma visão educacional mais ampla, mas muitas vezes, se vê obrigado a atender casos específicos, exercendo sua função clínica.

Deste modo, este estudo demonstra que o serviço de psicologia escolar, apesar de ser reconhecido e elogiado requer, ainda, um aprimoramento no sentido de sua ampliação e especificação. Para isso, cabem às instituições responsáveis pelos cursos de Psicologia juntamente com associações e sindicatos rever e revisar a própria identidade do psicólogo escolar.

V - Referências Bibliográficas

- BALBINO, V.R. Psicólogos escolares em Fortaleza: dados da formação, da prática e da contextualização da atividade profissional. *Psicologia; Ciência e Profissão*, 1990, (2,3,4.):50-56.
- BORGES-ANDRADE, J.E.; CUNHA, M.H.B.; COSTA, M.T.P. Descrição do psicólogo no Distrito Federal: perfil social e econômico e formação profissional. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 1983, 35(4):85-117.
- CARVALHO, A.M.A. Atuação psicológica: uma análise das atividades desempenhadas pelos psicólogos. In CFP (org.). *Quem é o Psicólogo Brasileiro?* São Paulo: Edicon, 1988.
- GOLDBERG, M.A. Concepção do papel de psicólogo escolar. *Cadernos de Pesquisa*, 1975, (12):29-47.

GUZZO, R.S.L. e WITTER, G.P. A relação psicólogo-escola pública na região de Campinas: um estudo exploratório da opinião de diretores. Estudos de Psicologia, 1987, (1):17-34.

MELLO, S.L. Psicologia e Profissão em São Paulo. São Paulo: Ática, 1975.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS NO ESTADO DE SÃO PAULO/CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 6ª REGIÃO. Q Perfil do Psicólogo no Estado de São Paulo. São Paulo: Cortez, 1984.

YAMAMOTO, O.H. A psicologia escolar em Natal: características e perspectivas. Psicologia: Ciência e Profissão, 1990, (2,3,4):40-49.

WECHSLER, S. e BENSUSAN, E. Atuação do psicólogo escolar no Distrito Federal. Resumos da XVII Reunião Anual de Psicologia, 1987, 68.

ABSTRACT

This study has as an objective to verify, by means of questionnaires sent to professionals of the public and private education systems of Ribeirão Preto and region, of there is or not a school psychology service. In the case that this service exists what are the attributions and difficulties of the psychologist. If this service does not exist how do the schools attempt to resolve their problems and what are the expectations of these professionals in relation to this service. The data revealed that this service, in spite of being restricted, is recognized, although it is necessary that the service is not only recognized by the school community but by society as well.

KEY-WORDS

School Psychology, professional identity, professional expectation.

Palavras-chave

Psicologia escolar, identidade profissional, expectativa profissional.